

Ata nº83

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Casa do Povo de Vila Nova de Anha, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha, presidida por Duarte José Faria Vilar de Figueiredo e com a presença dos seguintes elementos: Catarina Felgueiras Portela, José Manuel Neiva; Eduardo Alberto Lima Torres, Lúcia Silva Marinho, Manuel Fernando Lima Damião, Deolinda Maria Gomes Pereira, Ricardo Nuno de Sá Rego e José Filipe Correia da Silva. Também estiveram presentes: Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos, José Carlos Oliveira Gonçalves e Ana Sofia Lima Novo do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte: **ponto um:** Período antes da ordem do dia; **ponto dois:** Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2016. O Presidente da Assembleia de Freguesia, propôs aos deputados presentes que fosse acrescentada uma alínea no ponto um da ordem de trabalhos, designada Informações do Presidente da Junta de Freguesia. Não tendo existido qualquer objeção ao proposto, a ordem de trabalhos da presente reunião é a seguinte: **ponto um a):** Período antes da ordem do dia; **ponto um b):** Informações do Presidente da Junta de Freguesia; **ponto dois:** Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2016.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se às substituições dos membros da Assembleia de Freguesia decorrentes dos pedidos de suspensão de mandato e das justificações de falta que chegaram à Mesa da Assembleia, procedeu-se também à votação da ata nº82, relativa à sessão anterior, que foi aprovada por maioria com três abstenções, por ausência dos membros da Assembleia durante a realização da sessão anterior.

Ainda antes do cumprimento da ordem de trabalhos, o presidente da mesa de assembleia, Duarte Figueiredo, leu para todos os presentes um ofício enviado pela Associação Desportiva e Cultural de Anha à mesa de Assembleia de Freguesia (Anexo 1).

Para a alínea a) do primeiro ponto da ordem de trabalhos (“Período antes da ordem do dia”) inscreveram-se três deputados: Catarina Portela, Ricardo Rego e Lúcia Marinho.

Na sua intervenção, Catarina Portela referiu que tem o sonho de fazer o melhor pelas pessoas e que considera que a política é um excelente meio para fazer isso acontecer. Afirmou ainda que em dois mil e treze aceitou o convite do Presidente da Junta de Freguesia para integrar a sua lista candidata às eleições autárquicas, mesmo sendo de uma cor diferente da Juventude Partidária onde está inserida, pois considera que no que diz respeito a Juntas de Freguesia a cor partidária pouco interessa, mas sim as intenções que as pessoas têm de tornar a nossa freguesia melhor e, por isso, não se arrepende da decisão que tomou, sendo que integrou essa lista como um membro independente. Referiu que nos quatro anos que estão a terminar aprendeu bastante, pois o cargo que assumiu de Secretária da Assembleia de Freguesia, lhe permitiu desenvolver competências pessoais e ficar a par dos desenvolvimentos da freguesia. Afirmou também que em dezembro passado, foi convidada pelo Presidente

Rui Matos para continuar na sua lista nas próximas eleições, mas desta vez num lugar mais acima. No entanto, por não se rever em algumas atitudes e tomadas de decisão que o executivo tomou ao longo dos últimos anos e por ter assistido ao não desenvolvimento da freguesia, recusou esse convite. Terminou a sua intervenção, salientando que irá cumprir até ao final do mandato as suas funções pois foi esse o compromisso assumido perante todos os anhenses e por acreditar que pode ser feita a diferença, integrou um novo projeto no qual se revê totalmente.

O deputado Ricardo Rego iniciou a sua intervenção parabenizando os escuteiros pelos seus cinquenta anos de existência. Parabenizou também a Associação Desportiva e Cultural de Anha pelo sucesso que teve principalmente nas camadas jovens, tendo sido pela primeira vez campeões em camadas jovens e referiu que isso reflete o trabalho e o investimento que tem sido feito ao longo de muito anos. Referiu ainda que é algo que deve ser enaltecido pois são jovens da nossa terra que poderiam estar a aproveitar os seus tempos livres com outras coisas e por isso agradece aos diretores da associação pelo trabalho que tem sido feito. Questionou a Junta de Freguesia relativamente à situação da dívida à Segurança Social.

A deputada Lúcia Marinho na sua intervenção fez uma declaração política acerca do trabalho desenvolvido pelo executivo e dos vários constrangimentos encontrados pelo caminho. Nessa declaração, a deputada referiu que este é um executivo incómodo, ativo e que tem revelado apelo à causa pública. Afirmou que o único compromisso que este executivo tem é com a causa pública e com os anhenses. Referiu que para realizarmos os nossos sonhos projetos e ideias é necessária humildade e, que as pessoas passam, mas as instituições ficam sendo que a força que anima este Executivo é fazer um trabalho meritório. Lúcia Marinho refere que a humildade é a virtude dos capazes e que há falta dela, no entanto, isso não belisca a determinação do executivo em fazer aquilo que considera correto e, sempre estiveram abertos a novas ideias e projetos. A deputada afirmou ainda que este é um executivo que conhece o seu território e as suas gente e, que perde o seu tempo em tentativas frustradas de contacto com os também responsáveis pela causa pública, deixando uma sensação de inutilidade e improdutividade.

Lúcia Marinho referiu que são raras as vezes que o Executivo Municipal tem demonstrado disponibilidade e vontade em resolver os problemas desta freguesia e que desautoriza rapidamente o Executivo da Junta de Freguesia. Deu como exemplo desse facto a duplicação da sinalização dos caminhos de Santiago, o que na sua opinião demonstra a falta de profissionalismo por parte da Câmara Municipal. Sublinha que nessa situação não ouviu mais ninguém, para além da Junta de Freguesia, a defender os interesses da nossa terra. Na opinião da deputada, existe então falta de valores de conduta, de qualidade e rigor, por parte do Executivo Municipal.

Na sua intervenção, Lúcia Marinho, ainda referiu que existiram acontecimentos caricatos nos últimos meses, em Vila Nova de Anha, como a visita dos responsáveis do partido socialista concelhio e que são membros do executivo municipal, acompanhados por alguns eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia. Considerou que são caricatos, pois perderam a oportunidade de apresentar um projeto e uma ideia, tendo-se limitado apenas a visitar ruas onde já estão projetadas e marcadas intervenções com pedidos de deliberações. A deputada lamentou que os

promotores da iniciativa não tenham tido tempo para mostrar o estado das obras do complexo desportivo da ADCA e o futuro lar de idosos, enquanto valências desportivas e sociais na freguesia. Considerou também caricato que alguns responsáveis do partido socialista desta bancada com responsabilidades numa associação se insurgiram publicamente contra o estado de segurança do mini bus da Junta de Freguesia numa determinada data, mas foram as mesmas pessoas que no dia anterior a essa data requisitaram e utilizaram o mini bus para uma deslocação a Ponte da Barca, demonstrando assim falta de coerência, verdade e rigor nos comportamentos adotados.

Lúcia Marinho afirmou ainda que, não será pelo cansaço que derrotarão este Executivo, pois este não se intimida por ações e afirmações irresponsáveis de intencionalidade duvidosa, subordinadas a interesses com que este Executivo não se identifica. Afirmou também, que as instituições têm a obrigação ética de serem imparciais aos momentos políticos que são vivenciados e que será a primeira a criticar a Junta de Freguesia se esta interferir diretamente na vida das associações ou da paróquia e seria expectável que o comportamento fosse recíproco. Ainda acerca do Executivo Municipal, a deputada referiu que este nunca teve o cuidado de olhar para os anseios e preocupações da Junta de Freguesia enquanto legítima representante dos anhenses, revelando má vontade relativamente aos problemas desta freguesia. O Executivo Municipal não tem sido suficientemente diligente na resolução dos problemas da nossa freguesia. Lúcia Marinho terminou a sua intervenção, citando a missão do Executivo da Junta de Freguesia “Promover a satisfação direta e representar os legítimos interesses e direitos dos Anhenses, apelando à intervenção cívica, à ponderação de interesse em conflito e à satisfação daqueles interesses que se afigurem determinantes do ponto de vista dos limites axiológicos do sistema. Garantir o exercício da democracia participada, que reúna sinergias de todos os cidadãos que queiram participar, suscetíveis de conduzirem à resolução dos seus anseios legítimos, numa lógica de jurisprudência de interesses. Garantir o rigor na gestão da coisa pública, transparência no poder decisório, generalidade e abstração na produção de atos administrativos” e, afirmando que todos temos um papel a desempenhar, que tem de ser positivo e construtivo, no cumprimento diário no nosso trabalho.

O Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção agradecendo à direção da Casa do Povo de Vila Nova de Anha pela cedência do espaço para a realização da Assembleia de Freguesia, pois é um exemplo de parceria com todas as associações. Rui Matos afirmou que a intervenção feita pela deputada Lúcia Marinho foi excelente. Um almanaque da política, de como se deve e não se deve fazer as coisas. Referiu que humildade não é para todos, que não se aprende, nasce connosco e que procura sempre ser uma pessoa humilde. Referiu que as pessoas se esquecem que quando atiram pedras, também têm telhados de vidro. A Junta de Freguesia é transparente e ninguém percebe porque é que o Executivo é confrontado com certas situações. Este Executivo tenta fazer o melhor que sabe e não percebe porque é que alguns tentam fazer das associações e coletividades da nossa freguesia forças de oposição. Rui Matos afirmou que o que procura nos seus adversários políticos é que estes sejam uma boa alternativa que tenham um projeto inovador. No entanto, aquilo a que tem assistido é que a sua oposição vem a reboque da Junta de Freguesia,

visitando e analisando projetos que já estavam planeados, não mostrando assim qualquer inovação. Acerca do manifesto de descontentamento apresentado pela ADCA, Rui Matos afirma que a Junta de Freguesia não é obrigada a estar em todos os eventos e quem faz a agenda da Junta de Freguesia é o executivo e não as associações da freguesia.

Às questões colocadas, referiu que as deliberações da Câmara Municipal são referentes à rede vicinal e se dividirmos quatro mil seiscentos e cinquenta e três euros por doze meses dá trezentos e oitenta euros, que nem sequer corresponde a um salário mínimo de um funcionário e, por isso a limpeza da via pública fica comprometida. Relativamente ao pagamento da dívida para com a Segurança Social, referiu que esta está definida por protocolos e que existem três acordos de pagamento, mas que no próximo ano passará apenas a ser um protocolo que irá ter menos custos e menos juros e que o acordo está a ser cumprido. Sobre a publicação das atas da Assembleia de Freguesia na página da Junta de Freguesia, agradeceu à Mesa de Assembleia pela digitalização das atas e que irão ter em atenção a atualização da publicação das mesmas. Sobre a intervenção feita pela deputada Catarina Portela, Rui Matos afirmou que não desmente nada daquilo que foi dito, apenas referiu que na lista dele não existem lugares mais acima, apenas existem pessoas que querem trabalhar em prol da freguesia. Acerca da duplicação da sinalização dos caminhos de Santiago, mencionou que o Executivo Municipal não avisou a Junta de Freguesia que essa sinalização iria ser feita, desautorizando e desrespeitando assim este executivo, pois quando é feita alguma intervenção na freguesia é necessário comunicar à Junta de Freguesia. Não se opõe aquilo que foi feito, apenas considera uma falta de respeito a forma como as coisas foram feitas. O Presidente da Junta de Freguesia, terminou a sua intervenção, afirmando que tem em sua casa duas faixas de campeão da ADCA e que tinha em tempos discussões acesas com o Senhor José Reis pelo facto de pagarem em termos monetários às pessoas fora da freguesia, e aos que são da terra não pagarem e, por isso, não recebe lições sobre vestir a camisola da ADCA.

No que diz respeito à alínea b) do ponto 1 da ordem de trabalhos (“Informações do Presidente da Junta de Freguesia”) – (Anexo 2), o presidente do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha salientou que as obras da Junta de Freguesia não param e, não são apenas obras físicas, dando o exemplo que há oito anos atrás o tempo de espera para obter uma certidão de prova de vida era de quatro dias, e que hoje em dia a pessoa pede de manhã e à noite já a tem. Referiu também que têm noção que começam obras e depois acabam, pois ninguém acreditava na Rua Nova e hoje está feita e, que o alargamento da rua da Padela já é necessário há trinta anos e apesar de reconhecerem que é uma obra difícil, hoje a prova está lá. Rui Matos afirmou também que a Junta de Freguesia apenas faz obras quando existe deliberação e, questionou-se sobre o facto de criticarem sempre a Junta de Freguesia e não criticarem a obra do Complexo Desportivo e do Lar de Idosos. As obras fazem-se com vontade, projetos aprovados, pessoas para trabalhar e dinheiro. Agradeceu também a todos os proprietários que tornaram possível a obra da Padela. Por fim, referiu que após a assinatura do protocolo com a Associação Musical, estão reunidas as condições para arrancar com as obras de remodelação da Escola dos Centenários

que é uma obra a cargo da Associação Musical e, que tem a Junta de Freguesia como parceiro.

Para este ponto houve uma inscrição: Ricardo Rego.

O deputado Ricardo Rego interveio afirmando que o presidente da Junta de Freguesia está a passar um atestado de incompetência às pessoas ao convoca-las para a Assembleia de Freguesia via SMS. A Assembleia de Freguesia deve ser um local onde as pessoas procuram informação. Acerca da utilização de projetos da Junta de Freguesia por parte do Partido Socialista, o deputado referiu que a Junta de Freguesia não tem nenhum projeto para a Rua Benemérito João Sampaio, ao contrário do Partido Socialista que tem um projeto para essa rua há quatro anos com execução orçamental. Acerca das obras do Complexo Desportivo e do Lar de Idosos, Ricardo Rego afirmou que a Junta de Freguesia só aparece quando há interesses, tal como na Assembleia Municipal onde fala bem sobre o Executivo Municipal e na Assembleia de Freguesia faz o oposto. Referiu ainda que o presidente da Junta de Freguesia deve ter problemas de audição, pois ninguém lhe está a dar lições de moral, apenas estava a enaltecer o trabalho dos dirigentes da ADCA e que se Rui Matos jogou nesta Associação, então não estava a trabalhar para a ADCA, os dirigentes da ADCA é que estavam a trabalhar para ele. Referiu ainda que tanto a ADCA como a paróquia, são entidades privadas e onde a Junta de Freguesia tem de prestar contas, é na Assembleia de Freguesia, pois é obrigação da Junta gerir o bem público e não o privado. Afirmou também que se a Junta de Freguesia conseguir realizar o alargamento da Rua das Camboas, esse é um trabalho meritório. Sobre o protocolo entre a Junta de Freguesia e a Associação Musical, o Partido Socialista perguntou muitas vezes em Assembleia de Freguesia quais eram as condições desse protocolo, onde nunca obtiveram nenhuma resposta, tendo sido apenas esclarecidos pelo Presidente da Assembleia da Associação Musical, quando este lhes forneceu o protocolo. Ricardo Rego terminou a sua intervenção, referindo que está na altura de encerrar um ciclo e, portanto, não será candidato nas próximas eleições autárquicas, mas estará sempre disponível para a Freguesia.

Rui Matos, presidente do executivo da Junta de Freguesia, referiu que em dois mil e nove, quando tomou posse, a Câmara Municipal questionou à Junta de Freguesia sobre quais os projetos que tinham para Vila Nova de Anha e a partir do momento em que o Presidente da Câmara Municipal lhes disse que o projeto prioritário era terminar a obra do Complexo Desportivo, passou a ser o projeto prioritário também para a Junta de Freguesia. Afirmou que não sabe se a ADCA é uma entidade de utilidade pública, pois parece que existiu um problema com a candidatura e esta veio para trás. Afirmou também que considera caricato que o único candidato conhecido em Viana do Castelo para as eleições autárquicas seja o de Vila Nova de Anha, mostrando assim o ódio de estimação pela freguesia. Rui Matos referiu que no dia vinte e sete de dezembro do ano transato, o Município de Viana do Castelo se candidatou através dos Serviços Municipalizados a um programa do Norte2020 e a Junta de Freguesia entendia que era importante que fosse feito o saneamento no Loteamento do Vitorino e na Rua Benemérito João Sampaio. No dia trinta e um do mês de dezembro do ano transato, o Vereador Vítor Lemos entrou em contacto com o Presidente da Junta de Freguesia para informar que a obra na Rua Benemérito João Sampaio tinha sido tornada elegível no passado dia vinte e oito do mesmo mês. Rui

Matos afirmou então que o Partido Socialista, a reboque da Junta de Freguesia, apareceu na Rua Benemérito João Sampaio e por estes terem sido mal recebidos pelos moradores devido ao descontentamento, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que a obra já não era para ser feita. O Presidente da Junta de Freguesia, salientou que vai informar os moradores sobre o sucedido. Terminou a sua intervenção, referindo que o executivo é mentiroso, mas são os outros que prometem obras que sabem que não podem fazer.

O Deputado Ricardo Rego fez um esclarecimento em Defesa da sua Honra, onde pediu desculpas por ter chamado o presidente da Junta de Freguesia mentiroso, mas afirma que aquilo que foi dito por Rui Matos é mentira e, por isso, desafiou o mesmo a na próxima quarta-feira às nove horas da manhã ir com ele à Câmara Municipal dizer ao Engenheiro José Maria Costa aquilo que acabou de afirmar, pois, aquilo que o Presidente da Câmara Municipal disse na sua visita à Rua Benemérito João Sampaio, foi a que a obra era para ser feita. Afirmou que este desafio é uma questão de honra para o próprio pois a bancada do Partido Socialista reuniu esforços junto da Câmara Municipal para que o passadiço da Escola Primária fosse feito, nem como a obra da rua onde se encontram as piscinas.

O Presidente da Junta de Freguesia, Rui Matos, afirmou que está sempre disponível para falar com o presidente da Câmara Municipal, ressaltando que gostaria que o Vereador Vítor Lemos também estivesse presente. Afirmou também que até à data das eleições autárquicas não dorme, pois é um vencedor nato. Terminou a sua intervenção, referindo que numa Assembleia de Freguesia do mês de abril o deputado Ricardo Rego afirmou que não interviria mais em Assembleia de Freguesia e depois ele é que é o mentiroso.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Figueiredo, interveio afirmando que não admite que nenhum membro da Assembleia diga que o Presidente da Assembleia de Freguesia tem dualidade de critérios.

No segundo ponto da ordem de trabalhos (“Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano de 2016”) – (Anexo 3), o presidente da Junta de Freguesia referiu que a Ribeira d’Anha e a zona dunar já se encontram requalificadas e que Vila Nova de Anha foi a única freguesia que contribuiu para o Geoparque Litoral de Viana do Castelo. Rui Matos afirmou que o exercício deste mandato não tem sido fácil, pois tem sido difícil cumprir todos os compromissos. Sobre o relatório de atividades referiu que este foi dividido em cinco dimensões: dimensão territorial e proteção civil; dimensão educativa; dimensão social; dimensão cultural; e dimensão económica. Acerca da dimensão territorial e proteção civil, Rui Matos referiu que o executivo continua a assegurar o funcionamento da Extensão de Saúde e a contribuir para a vitalidade e certificação do Posto CTT. Sobre a dimensão educativa, social e cultural, referiu que continuam a participar nas reuniões da CSIF e que no âmbito da medida quatro concluíram o apoio a reconstrução de habitações. Afirmou também que apoiaram a Escola do Monte da Ola na organização do corta-mato escolar e no transporte diário dos alunos ao longo do ano letivo. Acerca da dimensão cultural e desportiva, salientou o apoio logístico dado às associações e instituições da freguesia e na organização das festas em honra de S. Tiago, Sto. António e S. José; a organização da Feira das Associações e; os protocolos com a ADCA e com o Corpo

Nacional de Escutas, Agrupamento 452. Sobre a dimensão económica salientou a requalificação da Rua do Barroco, do Largo das Camboas, e na Rua da Padela; a colaboração na execução das obras de beneficiação da Rua do Noval; a reparação e remodelação da Rua Francisco Viriato; os trabalhos na Rua da Estrada Nova e na EN 13, a reparação feita na Travessa das Camboas, onde a partir desta intervenção começou a ser transitável, a pavimentação e arranjo do Beco dos Penedos e ainda, as reparações e manutenção na Capela do Repouso e no Cemitério. Resumiu então, afirmando que para quem diz que é um executivo medíocre, afinal existe trabalho feito, dizendo que o ano passado tiveram uma taxa de execução de sessenta e oito por cento e este ano têm uma taxa de execução de oitenta e cinco por cento. Afirmou também que as taxas aplicadas no cemitério hoje são um sucesso e que nesta matéria Vila Nova de Anha é um exemplo para outras freguesias. Terminou a sua intervenção, agradecendo a todos os colaboradores e funcionários da Junta de Freguesia.

Para este ponto da ordem de trabalhos houve duas inscrições: Ricardo Rego e Lúcia Marinho.

O deputado Ricardo Rego questiona o Executivo da Junta de Freguesia se no ano de dois mil e dezasseis foram pagos todos os encargos aos membros do Executivo e, se tal não aconteceu, qual o montante da dívida. Questionou também sobre qual o valor da dívida existente à Segurança Social, pois quando não se quer dar resposta é porque não existe conhecimento. Acerca do relatório de contas, o deputado afirmou que se a receita proveniente do Cemitério foi de doze mil euros e, se tinham previsto uma despesa de dois mil e setecentos e apenas gastaram mil e seiscentos, as taxas do cemitério têm de baixar, pois estas são para o bem comum e não para fonte de receita. Questionou também que se cerca de quarenta mil euros estão cativos devido à dívida existente, como irá ser contabilizado o recibo do empreiteiro e se este não está totalmente contabilizado que o dinheiro foi recebido. Referiu também que não recebe o dinheiro das senhas de presença desde dois mil e treze, mas que as cede para o Executivo da Junta de Freguesia saber fazer um relatório de contas. Ricardo Rego afirmou que há quatro anos foi pedida uma auditoria às contas da Junta de Freguesia com efeito retroativo de oito anos, mas que esta foi recusada. Afirmou também que o relatório de contas não está bem feito e que o Tribunal de Contas apenas valida alguns documentos.

A deputada Lúcia Marinho na sua intervenção fez um pedido ao Executivo da Junta de Freguesia que lhe fosse fornecido o montante das verbas atribuídas pelo Município às diversas Juntas de Freguesia do concelho.

Rui Matos afirmou que tem dois anos das suas senhas atrasadas, sendo que o valor por mês é de duzentos e setenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos, portanto para saber o valor basta multiplicar esse montante por vinte e quatro meses. Afirmou também que não anda na política para ganhar dinheiro, mas apenas para prestar trabalho às pessoas. Referiu também que o orçamento é apenas uma previsão e que a receita do cemitério deve ser utilizada para investimento neste, sendo que a receita principal provém das consecuições dos espaços das sepulturas e jazigos. Relembrou que foi elaborado um regulamento de taxas que anteriormente não existia e, que as taxas do cemitério são apenas uma pequena parte da receita total do cemitério. O Presidente da Junta de Freguesia afirmou também que no ano de dois mil

e dez foi consumida setenta por cento de água a mais no cemitério, concluindo que com a aplicação das taxas conseguiram regulamentar e disciplinar as pessoas. Acerca do recibo do empreiteiro, afirmou que este irá ser liquidado no ano de dois mil e dezassete e, que por isso esse dinheiro não aparece no relatório de contas, mas as transferências são públicas e não há nada que enganar. Referiu também ainda acerca do cemitério que o dinheiro proveniente das receitas do mesmo, não deve ser todo gasto no cemitério, pois caso contrário não existiria dinheiro para pagar aos funcionários da Junta de Freguesia. Rui Matos referiu que as execuções judiciais e injunções da Junta de Freguesia são de fornecedores do mandato anterior, pois não herdaram uma situação fácil. Afirmou que a Junta de Freguesia tem de honrar os seus compromissos, sendo dívidas anteriores ou atuais. Lamentou ainda o facto de a bancada do Partido Socialista não ter dito nada acerca da taxa de execução orçamental.

Em seguida procedeu-se à votação do “Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2016” que foi aprovada com seis votos a favor, uma abstenção e dois votos contra.

Os deputados da bancada do Partido Socialista, Filipe Silva e Ricardo Rego, apresentaram uma declaração de voto (Anexo 4) onde justificam o seu voto, afirmando que votam desfavoravelmente no Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2016 devido à existência de dívidas a terceiros referente à Gerência do ano de dois mil e dezasseis que não foram objeto de adequada relevação contabilística, não constando por isso, dos documentos de prestação de contas aprovados, facto indiciador da assunção de compromissos sem a respetiva dotação e cabimentação orçamental; devido à inobservância do princípio do equilíbrio orçamental, tal como previsto no ponto 3.1.1, alínea e) do POCAL; e à inobservância do princípio contabilístico da especialização (ou acréscimo) estatuído pelo ponto 3.2, alínea d) do POCAL.

Dada por encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por aberto o período de intervenção do público presente. Neste período inscreveram-se os cidadãos: José Manuel Lima Freixo, Ingrid Van Dorpe, João Maciel e João Rego.

O Sr. José Manuel Lima Freixo pediu ao Presidente da Junta de Freguesia que não confundisse pessoas com instituições, pois o que os seus colegas de Direção da ADCA publicam nas suas páginas de Facebook pessoais são da responsabilidade dos mesmos, a ADCA apenas é responsável pelo que é publicado na página oficial da Associação. Afirmou que a ADCA não é política nem se deixou politizar, pois se formos por aí a Junta de Freguesia vence. Sobre o minibus, José Freixo esclareceu que quem disse que os pneus estavam lisos foi o José Silva e quem requisitou o minibus foi a ADCA, o proprietário do veículo é que tem a obrigação de verificar se este tem condições. Acerca do processo de Utilidade Pública, afirmou que não é nenhuma trapalhada, é um facto. A única trapalhada que existiu foi que a proposta foi aprovada por unanimidade pela Associação de Futebol de Viana do Castelo, pela Associação de Atletismo e pela Câmara Municipal em reunião de Executivo e em Assembleia de Freguesia o Presidente da Junta de Freguesia disse que se pudesse se abstinha da proposta e, o resultado foram três abstenções. Referiu também que o

processo se encontra em Lisboa no Conselho de Ministros e estão à espera de resposta. José Freixo afirmou que ficou contente como anhense e como diretor desportivo ao saber do protocolo da Escola dos Centenários. Sobre as obras do Complexo Desportivo referiu que dá resposta aos sócios que o abordam e que foram pagos mais de trezentos mil euros em obra já feita e que ainda não há mais obra porque não há dinheiro. Sobre o armazém do Complexo Desportivo afirmou que a Junta de Freguesia está a utilizar o espaço que lhe foi cedido por protocolo. Afirmou também que em quatro títulos possíveis em futsal, a ADCA ganhou três e que não é normal não ter recebido sequer os parabéns pelos títulos alcançados em nome da Junta de Freguesia quando até a Câmara Municipal o fez e, por isso se encontra indignado.

Ingrid Van Dorpe parabenizou a Junta de Freguesia pelo Geoparque, mas afirma que as contas da Junta de Freguesia são uma confusão e que as intervenções realizadas hoje pelo Presidente da Junta de Freguesia pareciam campanhas políticas.

João Maciel questionou o Executivo da Junta de Freguesia sobre onde estão as avenidas de Vila Nova de Anha, pois este não conhece nenhuma. Afirmou também que se as águas pluviais não entram nas caixas é porque o projeto foi mal feito. Referiu também que há quatro anos que tem um processo na Câmara Municipal e questionou sobre daqui a quanto tempo é que ficará resolvido.

João Rego afirmou que há dois anos foi expulso de uma Associação Desportiva e, por isso, o presidente da ADCA não pode pedir para que não sejam confundidas Associações com pessoas. Referiu também que os trezentos mil euros de obra no Complexo Desportivo foram pagos por contribuintes e não por sócios e, por isso tem o direito de opinar sobre a obra. João Rego parabenizou a ADCA pelos títulos alcançados, salientando que a associação não pode cultivar o orgulhosamente sós. Afirmou que em Assembleia de Freguesia não se fala daquilo que é estruturante, não se fala de empreendedorismo nem de criar riqueza em Vila Nova de Anha. Afirmou também que quem tem poder nesta freguesia é a paróquia, pois apenas esta é que realiza obras. Referiu também que a entrada para a Praia do Rodanho é uma vergonha. Sobre a Associação Musical afirmou que esta associação trata mal as crianças e que o pode provar. Concluiu a sua intervenção referindo que assinou um abaixo-assinado para a Rua Nova e só posteriormente descobriu que este tinha conotações políticas.

O Presidente da Junta de Freguesia afirmou que o Executivo também está contente com o Geoparque pois consideram que é um bom projeto. Afirmou também que antes de chegar ao Executivo pensava que o alcatrão era a melhor opção de pavimentação, no entanto percebeu que não, pois a longo prazo as caixas de águas residuais ficam entupidas e não permite o escoamento de águas, por isso defende a Rua das Lages deve ter uma pavimentação em cubo. Sobre os passeios da EN 13, referiu que estes já se encontram todos recuperados. Rui Matos afirmou relativamente ao processo da Utilidade Pública que disse na altura da apresentação da proposta que se abstinha, pois tinham percebido de antemão que este problema iria acontecer e, o facto de ainda não haver uma decisão do Conselho de Ministros é a prova disso. Afirmou que a Junta de Freguesia é uma pessoa de bem e organizou um desfile de Carnaval e, que a única associação que não se disponibilizou foi a ADCA, tendo ido

posteriormente fazer o desfile a Viana do Castelo e, que quem não sente não é filho de boa gente. Afirmou que como adepto da ADCA está contente com os resultados obtidos, mas que para respeitar também temos de ser respeitados. Rui Matos disse que sente a falta de João Rego como deputado da Assembleia de Freguesia e, que o poder religioso e o poder civil se respeitam mutuamente, dando o exemplo das piscinas em que a ideia foi do Padre Alípio, mas a forma como esta obra foi levada a cabo foi da responsabilidade do Duarte Figueiredo e, portanto, afirmou que se deve dar valor a quem contribuiu para que as piscinas fossem hoje uma realidade. Afirmou também que com o apoio do promotor imobiliário se construiu um parque infantil no Loteamento das Lages. Na execução do projeto para a Rua Nova, perceberam que este não iria funcionar e, por isso, pediram um orçamento para a requalificação da rua. Afirmou que os moradores daquele lugar se reuniram para fazer um abaixo-assinado para a resolução deste problema e, que foi feita uma reunião com os moradores onde foi criada uma comissão de moderadores constituída por quatro pessoas. Esta comissão pediu uma audiência ao Presidente da Câmara Municipal para a resolução do problema em conjunto e que até à data não obtiveram qualquer resposta. Referiu que a visita feita a essa rua pelo Partido Socialista foi um show-off. Acerca da Quinta da Rita afirmou que este é o momento oportuno para resolver o problema na Rua da Fonte de Grades. Referiu que as obras não irão começar no Loteamento da Quinta da Rita, pois o dono contratou um empreiteiro da terra para reconstruir os muros que estão a cair, mas não aceita fazer recuos e é necessário haver licenciamento

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas zero horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de abril, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Duarte José Faria Vilar de Figueiredo)

A Primeira Secretária

(Catarina Felgueiras Portela)

A Segunda Secretária

(Deolinda Gomes Pereira)